

1. Contexto operacional

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira). É uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades por meio da operação de três fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também por meio de sua controlada, Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”), localizada na área mineira da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

Para enfrentar os efeitos da pior crise econômica pela qual o país já passou, a Administração vem tomando medidas para adequar a Companhia à nova realidade do mercado. A partir de investimentos realizados no período 2011-2014, elevou a oferta de produtos de maior valor agregado, firmando posicionamento em segmento onde a concorrência não se dá exclusivamente pelo preço. Com a eclosão da crise e a consequente súbita redução de demanda do mercado, adequou sua produção, evitando a formação de estoques excessivos de produtos acabados. Com a implementação de modernas técnicas de administração industrial, reduziu os estoques de matéria prima e materiais intermediários. Renegociou prazos de pagamento junto a fornecedores e alongou, junto aos credores financeiros, o perfil do endividamento. Esse conjunto de medidas otimizou a demanda por capital de giro que, aliado aos efeitos de um forte programa de redução de custos e despesas, proporcionou contrapeso à redução das receitas.

O reposicionamento estratégico surtiu efeito, com a Receita crescendo, mesmo em momento de mercado ainda estagnado, o que é explicado pelo aumento de penetração em clientes antes não atendidos pela Companhia. Adicionalmente, já no final do primeiro trimestre de 2017, a capacidade de produção passou a ser ocupada em sua totalidade, contribuindo fortemente para a recuperação de margem, em função da maior diluição dos custos fixos. A margem bruta acumulada nos nove primeiros meses de 2017 foi de 17,9%, substancial aumento em relação aos 7,6% no mesmo período de 2016. Como consequência da combinação de crescimento de volume vendido e aumento de preços, a Receita Bruta de Vendas evoluiu 23,8% no terceiro trimestre (3T17) e 27,8% no acumulado do ano de 2017, ante aos mesmos períodos de 2016. Com aumento da Receita e da margem, o lucro bruto cresceu 118,6% e 207,8% na mesma

comparação.

Na análise da geração de caixa medida pelo Ebitda, a evolução também é evidente, tendo os indicadores do trimestre um crescimento, e do acumulado no ano e do acumulado em 12 meses invertido o sinal, estando agora, todos, no terreno positivo:

	2016	2017
3º trimestre	5.880	32.850
Acumulado até o 3º trimestre	(10.071)	52.343
Acumulado em 12 meses	(33.200)	80.900

Também podemos evidenciar a evolução por meio de comparativos consolidados, vide a seguir:

	Informações em 30/09/2017	Informações em 30/09/2016	Variação (%)
Receita Bruta de Vendas	562.598	440.235	27,8%
Lucro bruto	86.392	28.071	207,6%
Margem bruta	17,9%	7,6%	10,3 p.p.
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	39.299	(23.604)	-266,5%
Lucro líquido (Prejuízo)	28.126	(68.634)	-141,0%

A Cedro e sua controlada, Santo Antônio, aderiram ao PRT – Programa de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória 766/2017 e ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória 783/2017. Os débitos tributários perante a Secretaria da Receita Federal serão liquidados em sua maior parte com utilização de prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, R\$ 26.013 mil na Controladora e R\$ 43.423 mil no Consolidado (Nota 25), e o restante em espécie parcelas mensais. Os débitos inscritos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional serão liquidados conforme normativo legal. A partir da conversão da Medida Provisória 783 em lei, já sancionada, haverá pequena alteração nos valores.

Em complemento às medidas operacionais já adotadas, a Administração continua a empreender esforços para a venda de ativos com vistas à redução de seu endividamento, efetivou contrato de compra e venda, da CGH Pacífico Mascarenhas e parte de sua linha de transmissão de energia. O valor da venda liquidou o saldo integral do empréstimo junto ao banco CCB Brasil (antigo Bicbanco) e ainda parte retornou ao caixa (Nota 14).

Busca, ainda a realização de outros ativos visando o saneamento do caixa.

Também avançam os trabalhos de alongamento da dívida de curto prazo, cujo resultado já é percebido no terceiro trimestre.

A Administração avalia como possível a concretização de operação estratégica que resulte não só em adequação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir

liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

2. Base de preparação, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis

A autorização para conclusão das informações financeiras intermediárias foi dada pela Administração da Companhia em 06 de novembro de 2017.

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias da controladora, identificadas como Controladora, e as informações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais ambas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com o BR GAAP e IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, emitidas em 28 de março de 2017. As práticas contábeis adotadas para estas informações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, Nota Explicativa nº 2.

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia

Para os Pronunciamentos e Interpretações Contábeis que estavam em vigor em 1º de janeiro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, não houveram alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 30 de setembro de 2017 e 2016, apresentadas a seguir:

Razão social	País sede	Total (%)	Participação Votante (%)
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44	99,99
Cedro Gestão de Ativos S/A (incorporada pela Cedro em 01 de março de 2017)	Brasil	100	100

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

4. Gestão do risco financeiro

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a controladora e o consolidado apresentarem capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações consolidadas da Companhia.

(d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade a seguir.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	Em dólares americanos (US\$ mil)		Em dólares americanos (US\$ mil)	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(1.897)	(3.392)	(1.897)	(3.392)
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	(140)	(21)	(245)	(22)
Depósitos em dólar (US\$ mil)	1.563	232	2.017	311
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	2.915	1.976	3.886	3.217
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	2.441	(1.205)	3.761	114

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 3,12, conforme entendimento do mercado, divulgado por meio do Boletim Focus de 20 de outubro de 2017. Na controladora e consolidado os cenários II e III foram calculados com valorizações de 25% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do consolidado e da controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 29 de setembro de 2017, de R\$ 3,1680.

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2017				30/09/2017			
	Base	Provável	II	III	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(6.010)	(5.919)	(4.439)	(2.960)	(6.010)	(5.919)	(4.439)	(2.960)
Fornecedor mercado externo	(444)	(437)	(328)	(219)	(776)	(764)	(573)	(382)
Contas a receber em moeda estrangeira	9.235	9.095	6.821	4.548	12.311	12.124	9.093	6.062
Depósitos em dólar	4.952	4.877	3.658	2.439	6.390	6.293	4.720	3.147
Exposição ativa (passiva) líquida	7.773	7.616	5.712	3.808	11.915	11.734	8.801	5.867
Efeito líquido da variação cambial - perda	-	(117)	(2.021)	(3.925)	-	(181)	(3.114)	(6.048)

(e) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 30 de setembro de 2017, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a

taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 10,25%, a TJLP em 7,0% e o CDI em 10,14%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de valorização da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2017				30/09/2017			
	Valor Contábil	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%	Valor Contábil	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos Indexador:								
TJLP + 7,00% a.a.	(13)	(2)	(3)	(3)	(324)	(45)	(56)	(68)
100% CDI + 5,5357% a.a.	(15.000)	(2.052)	(2.565)	(3.078)	(15.000)	(2.052)	(2.565)	(3.078)
152,16% CDI	(37.664)	(4.667)	(5.834)	(7.001)	(37.664)	(4.667)	(5.834)	(7.001)
100% SELIC + 4,30% a 8,00% a.a.	(62.335)	(8.976)	(11.220)	(13.464)	(87.918)	(12.660)	(15.825)	(18.990)
100% CDI + 4,03% a 15,39% a.a.	(26.549)	(4.739)	(5.924)	(7.109)	(41.126)	(7.341)	(9.176)	(11.012)
117,65% CDI a.a.	(1.235)	(118)	(148)	(177)	(1.235)	(118)	(148)	(177)
	(142.796)	(20.554)	(25.694)	(30.832)	(183.267)	(26.883)	(33.604)	(40.326)
Empréstimos Indexador:								
95% Selic	-	-	-	-	174	14	18	21
90% a 102,00% CDI	3.041	239	299	359	3.165	249	312	374
	3.041	239	299	359	3.339	263	330	395
Exposição líquida	(139.755)	(20.315)	(25.395)	(30.473)	(179.928)	(26.620)	(33.274)	(39.931)
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(5.080)	(10.158)	-	-	(6.654)	(13.311)

(f) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que está mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 30 de setembro de 2017.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros. O capital total é apurado por

meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	154.716	163.032	221.398	235.429
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(7.624)	(2.749)	(8.731)	(3.974)
(-) Numerário em moeda estrangeira	(4.953)	(756)	(7.753)	(2.295)
A - Dívida líquida	142.139	159.527	204.914	229.160
Total do patrimônio líquido	84.303	58.874	105.653	77.524
B - Capital e dívida líquida	226.442	218.401	310.567	306.684
A/B - Quociente de alavancagem	62,77%	73,04%	65,98%	74,72%

(g) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- **Nível 3:** informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2017		31/12/2016		30/09/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(154.716)	(170.925)	(163.032)	(173.438)	(221.398)	(240.616)	(235.429)	(248.261)
Cessão de Recebíveis	(58.640)	(59.352)	(44.631)	(45.418)	(103.627)	(104.886)	(71.507)	(72.768)
	(213.356)	(230.277)	(207.663)	(218.856)	(325.025)	(345.502)	(306.936)	(321.029)

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no período findo em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

5. Instrumento financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativos				
Valor justo por meio de resultado				
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	81.907	67.428	143.917	115.129
Caixa e equivalentes de caixa	7.624	2.749	8.731	3.974
Ativos financeiros	4.953	756	7.753	2.295
Depósito judicial	1.402	1.297	2.541	2.306
Crédito partes relacionadas	145	-	-	-
Outras contas a receber	9	167	13	184
	96.040	72.397	162.955	123.888
Passivos				
Valor justo por meio de resultado				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	154.716	163.032	221.398	235.429
Cessão de recebíveis	58.640	44.631	103.627	71.507
Fornecedores	79.929	63.456	56.929	50.116
Mútuos em controlada	18.125	8.893	-	-
Outras contas a pagar	3.470	3.095	6.666	4.874
	314.880	283.107	388.620	361.926

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e contas correntes bancárias	4.583	1.330	5.566	2.441
Certificados de depósitos bancários - CDB	3.041	1.419	3.165	1.533
	7.624	2.749	8.731	3.974

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB de liquidez imediata possuem rentabilidade próxima à variação de 90 a 102% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

6. Ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Numerário em moeda estrangeira	4.953	756	6.389	1.015
Fundo de investimento	-	-	1.364	1.280
	4.953	756	7.753	2.295

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial. Os fundos de investimento são aplicações preponderantemente em títulos públicos que procura acompanhar a variação do CDI.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Cliente no país	85.494	72.874	159.949	130.417
Cliente no exterior	9.235	6.440	12.311	10.485
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.822)	(11.886)	(28.343)	(25.773)
	81.907	67.428	143.917	115.129

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
A vencer	75.275	59.410	133.583	101.938
Vencidos				
Até 30 dias	3.974	3.515	5.516	5.514
Entre 31 e 60 dias	757	1.299	1.463	2.114
Entre 61 e 90 dias	255	1.210	485	1.974
Acima de 90 dias	14.468	13.880	31.213	29.362
	94.729	79.314	172.260	140.902

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício/período	(12.298)	(9.231)	(27.438)	(21.495)
Adições (Nota 22)	(2.477)	(4.727)	(5.072)	(8.544)
Baixas líquidas de reversão	1.953	2.072	4.167	4.266
Saldo no final do exercício	(12.822)	(11.886)	(28.343)	(25.773)

A Companhia descontou recebíveis no valor contábil total de R\$ 58.640 (R\$ 44.631 em 2016) na controladora e R\$ 103.627 (R\$ 71.507 em 2016) no consolidado na modalidade FIDC. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, os fundos poderão solicitar a Companhia o pagamento do saldo em aberto. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis não foram transferidos, a Companhia reconheceu o caixa recebido na transferência como passivo na Rubrica “Cessão de Recebíveis” e não efetuando a baixa dos títulos a receber.

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Produtos acabados	30.951	22.517	39.046	25.951
Produtos em processo	18.965	15.375	31.437	28.500
Matérias-primas	3.892	3.557	7.364	8.695
Materiais auxiliares	6.911	5.039	12.556	10.180
Importações em andamento	269	465	445	983
Provisão para perdas em estoque	(1.406)	(2.745)	(1.906)	(3.184)
	59.582	44.208	88.942	71.125

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Saldos no início do exercício	(2.745)	(3.893)	(3.184)	(5.002)
Adições	(1.406)	(1.710)	(1.906)	(2.558)
Reversão/baixas	2.745	2.858	3.184	4.376
Saldos no final do exercício	(1.406)	(2.745)	(1.906)	(3.184)

10. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS - operações mercantis	-	-	592	5.029
ICMS - aquisição de imobilizado	382	912	732	980
Impostos sobre vendas em trânsito	715	243	1.381	424
Pis e Cofins - créditos a recuperar	4.792	881	5.562	1.043
Impostos a recuperar – REFIS IV (Nota 18)	481	3.672	481	3.672
Outros	533	389	807	903
	6.903	6.097	9.255	12.051
Não circulante				
ICMS - operações mercantis	10.409	6.997	10.408	6.997
ICMS - aquisição de imobilizado	1.689	1.747	1.711	1.787
Outros	133	133	308	295
	12.231	8.877	12.427	9.079

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia.

11. Partes relacionadas – controladora

Os direitos e obrigações de operações mercantis entre partes relacionadas possuem prazos de 90 dias para recebimento e liquidação podendo ser antecipado conforme fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os Débitos com Controladas referem-se a contratos de mútuo existentes entre as empresas foram remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um spread de 5%, com vigência para 360 dias, todos podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia e sua controlada são mantenedoras da Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que as despesas e contribuições no terceiro trimestre totalizaram o valor de R\$ 7 (controladora) e R\$ 19 (consolidado), e no acumulado de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 o valor de R\$ 37 (controladora) e R\$ 87 (consolidado).

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

Saldos	Santo Antônio		Cedro Gestão		Mineração Cedrense	
	30/09/2017	31/12/2016	01/03/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber	3.137	3.051	-	-	145	143
Fornecedores	(53.253)	(40.927)	-	(1.849)	-	-
Mútuo passivo	(18.125)	(8.885)	-	-	-	-
Transações	30/09/2017	30/09/2016	01/03/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Compras	(79.722)	(79.538)	-	-	-	-
Vendas	20.288	18.333	-	-	-	-
Despesas financeiras	(3.028)	(3.186)	-	-	-	-
Serviços de locação de imóveis	-	-	(373)	(1.679)	-	-

12. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	3T17	9M17	3T16	9M16
Remuneração do conselho e diretoria	385	1.169	526	1.504
	Consolidado			
	3T17	9M17	3T16	9M16
Remuneração do conselho e diretoria	778	2.365	1.061	3.032

13. Propriedades para investimento

O principal ativo presente na rubrica refere-se a imóvel de 20.153m² localizado no município de Sete Lagoas-MG, está avaliado a valor justo em R\$ 2.850 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 2.850 em 2016). O método adotado para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, por meio do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

14. Investimentos em controladas

Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de redução do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2019.

Cedro Gestão de Ativos S/A – Constituída em 26 de novembro de 2013 pela Cedro e a Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio, com o objeto social a atividade imobiliária, compra, venda, locação e arrendamento de imóveis, teve seu patrimônio incorporado pela Cedro em 01 de março de 2017.

CGH Pacífico Mascarenhas Ltda – Constituída em 27 de junho de 2017, unidade com objetivo operacional para exercer a atividade de geração e distribuição de energia elétrica, teve no mês de julho aporte de capital em bens, terras e ativos da usina hidrelétrica, a valor de mercado, e vendida integralmente em 25 de agosto de 2017 (nota 1).

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	Santo Antônio		Cedro Gestão		CGH Pacífico Mascarenhas
	30/09/2017	31/12/2016	01/03/2017	31/12/2016	30/09/2017
Milhares de ações possuídas pela Companhia					
Ordinárias - sem valor nominal	610.920	610.920	-	-	8.784.070
Preferenciais - sem valor nominal	243.440	243.440	-	-	-
Quotas - valor nominal R\$ 1.000,00	-	-	28.120	28.120	-
Participação da Companhia					
No capital social integralizado	85,44%	85,44%	100%	100%	100%
No capital votante	99,99%	99,99%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	146.585	128.046	18.780	20.447	8.784
Lucros não realizados em operações ascendentes (<i>Upstream</i>) ⁽³⁾	(1.187)	(517)	-	-	-
Patrimônio Líquido ajustado	145.398	127.529	18.780	20.447	8.784
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>) ⁽³⁾	(309)	30	-	-	-
Venda do investimento	-	-	-	-	(8.784)
Dividendos recebidos	-	-	-	(1.909)	-
Incorporação da Cedro Gestão pela Cedro	-	-	(18.780)	-	-
Saldo do investimento	123.912	108.984	-	18.538	-
Lucro (prejuízo) líquido do período/exercício ⁽²⁾	18.540 ⁽²⁾	(16.142)	(1) 242	1.565	-
Lucros não realizados - venda para a controladora	(670)	(177)	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado ⁽³⁾	17.870	(16.319)	242	1.565	-
Equivalência total	15.267	(13.942)	242	1.565	-

⁽¹⁾ Corresponde ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2016.

⁽²⁾ Corresponde ao mês de setembro de 2017.

⁽³⁾ Equivalência da Santo Antônio com 100% das operações descendentes e 85,435% das operações ascendentes.

Movimentação dos investimentos

	Santo Antônio	Cedro Gestão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	122.817	18.882	141.699
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	109	-	109
Dividendos recebidos	-	(1.909)	(1.909)
Equivalência patrimonial	(13.942)	1.565	(12.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	108.984	18.538	127.522
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(171)	-	(171)
Patrimônio incorporado pela Cedro em 01/03/2017	-	(18.780)	(18.780)
Equivalência patrimonial	(2.212)	242	(1.970)
Saldos em 31 de março de 2017	106.601	-	106.601
Dividendos recebidos	(18)	-	(18)
Equivalência patrimonial	11.510	-	11.510
Saldos em 30 de junho de 2017	118.093	-	118.093
Dividendos recebidos	(150)	-	(150)
Equivalência patrimonial	5.969	-	5.969
Saldos em 30 de setembro de 2017	123.912	-	123.912

Composição dos investimentos

	30/09/2017	31/12/2016
Equivalência patrimonial	118.093	138.088
Provisão para desvalorização de investimento	-	(10.566)
	118.093	127.522
Ágio	834	834
Saldos	118.927	128.356

O sumário da demonstração financeira da Companhia de Fiação de Tecidos Santo Antônio, controlada que possui participação de não controladores, encerradas em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão assim apresentados:

Balanco Patrimonial em	30/09/2017	31/12/2016	Demonstração de Resultado em	30/09/2017	30/09/2016
Participação da Controladora	85,44%	85,44%	Receita Líquida de Vendas	255.143	206.328
Ativo Circulante	157.396	129.082	Lucro (Prejuízo) bruto	43.262	20.350
Ativo Não Circulante	166.780	161.380	Despesas Operacionais	(20.087)	(19.478)
Passivo Circulante	106.127	106.948	Resultado Financeiro	(13.198)	(14.469)
Passivo Não Circulante	71.464	55.468	IRPJ/CSLL	8.563	1.472
Patrimônio Líquido	146.585	128.046	Prejuízo Líquido	18.540	(12.125)

15. Imobilizado

	Controladora						
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Provisão Impairment	Total
Custo ou avaliação							
Em 31 de dezembro de 2015	94.078	234.294	19.583	43.528	3.131	-	394.614
Adições	-	-	-	-	954	-	954
Crédito de imposto extemporâneo	-	(11)	-	-	-	-	(11)
Alienações e baixas	(31)	(283)	(75)	(30)	-	-	(419)
Transferências	221	935	13	-	(1.169)	-	-
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	-	-	-	-	-	(53.177)	(53.177)
Em 31 de dezembro de 2016	94.268	234.935	19.521	43.498	2.916	(53.177)	341.961
Adições	-	-	-	-	2.009	-	2.009
Aporte de Capital CGH	(3.274)	(3.734)	(54)	(630)	-	-	(7.692)
Incorporação Cedro Gestão de Ativos	15.549	-	-	11.722	-	-	27.271
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.497)	-	-	(5.721)	-	-	(10.218)
Alienações e baixas	-	(1.867)	(23)	-	-	-	(1.890)
Transferências	2.833	1.064	50	-	(3.947)	-	-
Em 30 de setembro de 2017	104.879	230.398	19.494	48.869	978	(53.177)	351.441
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2015	(36.653)	(149.111)	(9.743)	-	-	-	(195.507)
Depreciação	(2.442)	(6.114)	(2.497)	-	-	-	(11.053)
Alienações e baixas	29	254	74	-	-	-	357
Em 31 de dezembro de 2016	(39.066)	(154.971)	(12.166)	-	-	-	(206.203)
Depreciação	(2.378)	(4.170)	(1.611)	-	-	-	(8.159)
Aporte de Capital CGH	185	3.070	49	-	-	-	3.304
Realização ajuste de avaliação patrimonial	64	-	-	-	-	-	64
Alienações e baixas	-	1.519	23	-	-	-	1.542
Em 30 de setembro de 2017	(41.195)	(154.552)	(13.705)	-	-	-	(209.452)
Valor residual líquido							
Em 30 de setembro de 2017	63.684	75.846	5.789	48.869	978	(53.177)	141.989
Em 31 de dezembro de 2016	55.202	79.964	7.355	43.498	2.916	(53.177)	135.758

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Provisão Impairment	Total
Custo ou avaliação							
Em 31 de dezembro de 2015	170.567	420.089	22.669	61.189	4.070	-	678.584
Adições	-	-	-	-	1.355	-	1.355
Crédito de imposto extemporâneo	-	(11)	-	-	-	-	(11)
Alienações e baixas	(31)	(7.887)	(75)	(30)	644	-	(7.379)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	-	-	-	-	-	(53.177)	(53.177)
Transferências	442	2.389	136	-	(2.967)	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	170.978	414.580	22.730	61.159	3.102	(53.177)	619.372
Adições	-	-	-	-	2.533	-	2.533
Aporte de Capital CGH	(3.274)	(3.734)	(54)	(630)	-	-	(7.692)
Alienações e baixas	(482)	(2.163)	(25)	-	5	-	(2.665)
Transferências	2.833	1.484	76	-	(4.393)	-	-
Em 30 de setembro de 2017	170.055	410.167	22.727	60.529	1.247	(53.177)	611.548
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2015	(53.791)	(238.224)	(11.259)	-	-	-	(303.274)
Depreciação	(3.926)	(10.670)	(2.932)	-	-	-	(17.528)
Alienações e baixas	29	5.416	74	-	-	-	5.519
Em 31 de dezembro de 2016	(57.688)	(243.478)	(14.117)	-	-	-	(315.283)
Depreciação	(3.341)	(7.516)	(1.936)	-	-	-	(12.793)
Aporte de Capital CGH	186	3.070	48	-	-	-	3.304
Realização ajuste avaliação patrimonial	413	-	-	-	-	-	413
Alienações e baixas	482	1.761	24	-	-	-	2.267
Em 30 de setembro de 2017	(59.948)	(246.163)	(15.981)	-	-	-	(322.092)
Valor residual líquido							
Em 30 de setembro de 2017	110.107	164.004	6.746	60.529	1.247	(53.177)	289.456
Em 31 de dezembro de 2016	113.290	171.102	8.613	61.159	3.102	(53.177)	304.089

Custos de empréstimo capitalizados

Os principais projetos da Companhia e suas controladas incluem o sistema de dosagem de enxofre da KTM e o projeto de industrialização. Para conclusão desses projetos a Companhia e suas controladas utilizam recursos obtidos junto a terceiros e capitaliza os juros durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Em 30 de setembro de 2017, foram capitalizados R\$ 6 (R\$ 13 em 2016), na controladora e R\$ 13 (R\$ 46 em 2016) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,47% a.m, que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

As informações referentes à revisão das vidas úteis, não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas 15 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Perda (impairment) estimada de ativos de vida longa

Em 31 de dezembro de 2016 o teste de impairment foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante do ativo imobilizado e foi identificado o ajuste na controladora no valor de R\$ 53.177, registrado em outras despesas operacionais.

A metodologia utilizada para os cálculos de impairment foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia e de sua controlada, Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados. Essas premissas de crescimento de receita de 2017 foram projetadas para os anos de 2018 a 2034 na Companhia e para os anos de 2018 a 2041 na Controlada Santo Antônio, embasadas nas iniciativas presentes no plano de negócios, considerando: i) atualização constante do seu mix de produtos ii) aumento do volume de produção, principalmente no segmento de tecidos profissionais. As expectativas de crescimento das receitas foram bastantes conservadoras, considerando que para o período da projeção colocamos estimativas de produções anuais a seguir da capacidade total instalada, inclusive não atinge os patamares alcançados em 2013.

A Companhia entende que, mesmo atuando em mercado muito competitivo, inclusive com concorrentes asiáticos pode apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: estágio de maturação do parque industrial, aperfeiçoamento de sua mão de obra, custo de logística e energia elétrica.

Em relação ao preço médio de vendas, custos fixos e despesas, foi considerado um crescimento com base na taxa de inflação - IPCA ao ano. Uma vez que a maior parte dos insumos, mão de obra, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

Desta forma, a Companhia entende que ela e sua controlada submetidas ao teste de impairment terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base em:

- CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) para o cálculo do custo de capital próprio;
 - Expectativa de mercado para a Selic média, acrescida de prêmio de risco para cálculo do capital de terceiros;
 - Ponderação entre participação do capital próprio e o de terceiros no capital total, partindo da situação atual e aproximando-se à média de mercado (setor) ao longo do tempo.
-

16. Intangível

	Controladora			Consolidado			
	Vida útil definida		Total	Vida útil indefinida	Vida útil definida		Total
	Marcas e patentes	Softwares e licenças		Ágio	Marcas e patentes	Softwares e licenças	
Custo							
Em 31 de dezembro de 2015	1.333	11.087	12.420	1.592	2.142	15.097	18.831
Adições	-	97	97	-	-	97	97
Em 31 de dezembro de 2016	1.333	11.184	12.517	1.592	2.142	15.194	18.928
Adições	-	2	2	-	-	2	2
Em 30 de setembro de 2017	1.333	11.186	12.519	1.592	2.142	15.196	18.930
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2015	(1.227)	(9.390)	(10.617)	(758)	(2.034)	(13.400)	(16.192)
Amortização	(65)	(401)	(466)	-	(66)	(401)	(467)
Em 31 de dezembro de 2016	(1.292)	(9.791)	(11.083)	(758)	(2.100)	(13.801)	(16.659)
Amortização	(38)	(667)	(705)	-	(38)	(668)	(706)
Em 30 de setembro de 2017	(1.330)	(10.458)	(11.788)	(758)	(2.138)	(14.469)	(17.365)
Valor residual líquido							
Em 30 de setembro de 2017	3	728	731	834	4	727	1.565
Em 31 de dezembro de 2016	41	1.393	1.434	834	42	1.393	2.269

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

17. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Controladora			
				30/09/2017		31/12/2016	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP + 7,00% a.a.	6	7	6	11
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI ⁽¹⁾	R\$	2023	2,50% a 5,50% a.a.	1.961	3.949	1.965	5.412
Mutuo - Acionistas	R\$	2018	117,65% CDI	35	1.200	5	1.200
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 5,5357% a.a.	5.000	10.000	1.466	6.263
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 4,03% a 15,39% a.a.	8.498	18.051	14.256	15.925
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2021	152,16% CDI	19.663	18.001	15.225	19.797
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	100% SELIC + 4,30% a 8,00% a.a.	197	62.138	16.310	43.142
Pré Pagamento de Exportação/Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2018	6,69% a 7,20% a.a.	6.010	-	11.055	-
				<u>41.370</u>	<u>113.346</u>	<u>71.282</u>	<u>91.750</u>

(1) PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

Modalidade	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiro s anuais (%)	Consolidado			
				30/09/2017		31/12/2016	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP + 7,00%	148	176	148	281
Cédula de Crédito Industrial – FNE ⁽¹⁾	R\$	2022	8,24% a 9,78%	1.560	20.014	4.093	19.511
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI ⁽²⁾	R\$	2023	2,50% a 5,50% a.a.	3.575	6.972	3.581	9.634
Mutuo - Acionistas	R\$	2018	117,65% CDI	35	1.200	5	1.200
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 5,5357% a.a.	5.000	10.000	1.466	6.263
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 4,03% a 15,39% a.a.	12.427	28.699	19.123	27.187
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2021	152,16% CDI	19.663	18.001	15.225	19.797
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	100% SELIC + 4,30% a 8,00% a.a.	277	87.641	27.724	58.142
Pré Pagamento de Exportação/Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2018	6,69% a 7,2% a.a.	6.010	-	11.055	-
				<u>48.695</u>	<u>172.703</u>	<u>93.414</u>	<u>142.015</u>

(1) FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

(2) PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

As parcelas do passivo não circulante em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro 2016, incluindo os juros futuros até a data contratual de pagamento, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
2018	15.184	61.820	19.553	86.685
2019	47.364	46.674	65.964	71.419
2020	37.750	27.601	56.617	42.085
2021 a 2023	50.690	10963	83.755	16.044
	<u>150.988</u>	<u>147.058</u>	<u>225.890</u>	<u>216.233</u>

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 28.009 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 21.233 em 2016). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$ 186.817 (R\$ 185.712 em 2016).

18. Provisão para riscos

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

						Controladora
						Transf. Ativo Não circulante
	31/12/2016	Adições	Baixas	Atualizações		30/09/2017
Tributárias						
IOF	14	-	-	-	-	14
PIS e COFINS	1.175	23	(1.198)	-	-	-
Indenização Cível	-	82	-	9	-	91
	1.189	105	(1.198)	9	-	105
Trabalhistas	159	136	(18)	-	-	277
Total das provisões para riscos	1.348	241	(1.216)	9	-	382
Depósitos judiciais	(1.297)	(53)	16	(33)	1.205	(162)
	51	188	(1.200)	(24)	1.205	220
						Consolidado
						Transf. Ativo Não circulante
	31/12/2016	Adições	Baixas	Atualizações		30/09/2017
Tributárias:						
IOF	14	-	-	-	-	14
PIS e COFINS	1.927	34	(1.961)	-	-	-
Multa Setor Aduaneiro	679	31	-	-	-	710
Indenização Cível	-	82	-	9	-	91
	2.620	147	(1.961)	9	-	815
Trabalhistas	590	462	(115)	-	-	937
Total das provisões para riscos	3.210	609	(2.076)	9	-	1.752
Depósitos judiciais	(2.306)	(233)	100	(52)	1.971	(520)
	904	376	(1.976)	(43)	1.971	1.232

PIS e COFINS

Valores sobre a exclusão do ICMS de vendas da base de cálculo do PIS e da COFINS, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, cujo montante foi depositado judicialmente. A ação continua em andamento, porém no período de dezembro de 2006 a fevereiro de 2017, a Administração da Companhia decidiu recolher as contribuições pelo valor integral. Após o STF julgar inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo e a Cedro possuir liminar em mandado de segurança para não recolher as contribuições sobre o ICMS, a Administração juntamente com os consultores jurídicos entenderam ser oportuno acatar a decisão do processo no mês base de março de 2017, deixando de recolher o valor de R\$ 357 na controladora (R\$ 747 consolidado).

Contribuição Social

Em novembro de 2009, a Companhia solicitou adesão ao programa de parcelamento de débitos fiscais denominado REFIS IV, conforme Lei nº 11.941/09, sendo homologado em 2011. O processo de consolidação pela Secretaria da Receita Federal ocorreu em novembro de 2016, ficando totalmente baixado face aos depósitos judiciais convertidos em renda da União e os pagamentos das parcelas, restando saldo a favor da Companhia a ser compensado em 2017.

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 14.257 na controladora (R\$ 26.376 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$ 1.544 na controladora (R\$ 3.813 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista.

Ações de natureza fiscal (Imposto Territorial Rural - ITR, Contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) montam em R\$ 12.468 na controladora (R\$ 22.209 no consolidado), sendo que no consolidado R\$ 1.327 refere-se a encargos sobre participação nos lucros dos administradores e seguro de vida em grupo. As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$ 245 na controladora (R\$ 354 no consolidado).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

19. Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é de R\$150.000 e está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizeram jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre por meio da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

(c) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária (para o desenvolvimento) - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano como determinado no estatuto, até o limite de 20% do capital social, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia.
- (iii) Reserva de retenção de lucros - tem o objetivo de atender as necessidades de recursos para custear os projetos de investimentos em obras de expansão e modernização. É constituída com base no orçamento de capital da Companhia, a ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

20. Informações por segmento e receita

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

21. Receita

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Controladora			
	3T17	9M17	3T16	9M16
Receita bruta				
Vendas mercado interno	130.183	345.917	108.416	272.942
Vendas mercado externo	5.344	13.830	6.163	13.483
	135.527	359.747	114.579	286.425
Deduções de vendas				
ICMS, PIS e COFINS	(19.813)	(54.790)	(17.583)	(46.946)
Devoluções e abatimentos	(689)	(3.137)	(1.750)	(3.333)
Receita líquida	115.025	301.820	95.246	236.146

	Consolidado			
	3T17	9M17	3T16	9M16
Receita bruta				
Vendas mercado interno	207.148	545.317	161.443	414.259
Vendas mercado externo	6.152	17.282	10.782	25.976
	213.300	562.599	172.225	440.235
Deduções de vendas				
ICMS, PIS e COFINS	(28.311)	(76.320)	(22.861)	(61.711)
Devoluções e abatimentos	(1.218)	(4.482)	(3.350)	(6.848)
Receita líquida	183.771	481.797	146.014	371.676

22. Custos e despesas por natureza

	Controladora			
	3T17	9M17	3T16	9M16
Salários, incluindo custo de rescisões	11.689	34.419	10.740	29.395
Benefícios	3.945	11.155	3.293	9.452
Custos previdenciários e FGTS	4.211	12.571	3.988	11.114
Matéria-prima e materiais de consumo	60.006	157.219	56.132	138.883
Energia elétrica	5.566	16.531	6.615	17.074
Combustíveis	4.465	11.868	3.292	9.013
Manutenções/ serviços de terceiros	2.838	8.302	2.638	7.222
Depreciações e amortizações (Notas 15 e 16)	3.263	8.864	2.879	8.671
Comissões	2.366	6.211	1.975	4.926
Fretes	3.306	8.855	2.447	6.592
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	930	2.477	937	3.046
Outras despesas	4.161	11.362	4.158	12.403
	106.746	289.834	99.094	257.791
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	95.243	258.226	88.812	228.874
Custo de ociosidade	-	-	-	-
Despesas comerciais	7.205	19.186	5.906	16.419
Despesas gerais e administrativas	4.298	12.422	4.376	12.498
	106.746	289.834	99.094	257.791
	Consolidado			
	3T17	9M17	3T16	9M16
Salários, incluindo custo de rescisões	20.354	60.185	19.012	52.367
Benefícios	7.093	20.311	6.325	17.628
Custos previdenciários e FGTS	7.408	22.260	7.167	20.017
Matéria-prima e materiais de consumo	86.340	222.628	73.420	190.722
Energia elétrica	10.773	31.417	11.340	30.406
Combustíveis	5.990	16.396	4.757	13.253
Manutenções/ serviços de terceiros	4.375	13.304	4.219	11.231
Depreciações e amortizações (Notas 15 e 16)	4.789	13.499	4.499	13.534
Comissões	3.879	10.177	3.132	7.985
Fretes	5.718	15.199	4.137	11.209
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	1.654	5.072	1.303	6.398
Outras despesas	5.916	16.328	5.718	16.848
	164.289	446.776	145.029	391.598
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	145.925	395.402	128.705	342.640
Custo de ociosidade	-	-	-	965
Despesas comerciais	12.051	32.763	9.813	29.385
Despesas gerais e administrativas	6.313	18.611	6.511	18.608
	164.289	446.776	145.029	391.598

23. Outras receitas/(despesas) líquidas

			Controladora	
	3T17	9M17	3T16	9M16
Outras Receitas				
Venda de energia elétrica	505	505	812	1.673
Receita na venda de imobilizado/ investimentos	8.802	9.221	351	440
Reavaliação de bens patrimoniais	4.396	4.396	-	-
Reversão de provisões	206	3.101	390	1.559
Outras receitas	91	686	726	880
	14.000	17.909	2.279	4.552
Outras Despesas				
Provisão para perdas	(24)	(444)	589	(307)
Despesas tributárias	(904)	(1.987)	852	(1.763)
Custos na venda de imobilizado/ investimentos	(9.069)	(9.132)	(37)	(62)
Custo com energia	(385)	(555)	(1.669)	(5.422)
Outras despesas	(909)	(1.154)	(187)	(191)
	(11.291)	(13.272)	(452)	(7.745)
	2.709	4.637	1.827	(3.193)
			Consolidado	
	3T17	9M17	3T16	9M16
Outras Receitas				
Venda de energia elétrica	809	1.239	812	1.684
Receita na venda de imobilizado/ investimentos	8.801	9.220	346	2.294
Reavaliação de bens patrimoniais	4.396	4.396	-	-
Reversão de provisões	236	3.989	1.001	2.350
Outras receitas	135	938	1.597	2.594
	14.377	19.782	3.756	8.922
Outras Despesas				
Provisão para perdas	(273)	(951)	684	(514)
Despesas tributárias	(1.565)	(3.455)	1.317	(3.271)
Indenizações trabalhistas (*)	-	-	-	(98)
Custos na venda de imobilizado/ investimentos	(9.075)	(9.182)	(266)	(1.864)
Custo com energia	(518)	(688)	(1.668)	(5.779)
Outras despesas	(909)	(1.225)	(590)	(1.080)
	(12.340)	(15.501)	(523)	(12.606)
	2.037	4.281	3.233	(3.684)

(*) Despesa em volume considerado não recorrente – adequação de pessoal de produção para situação atual de mercado.

24. Resultado financeiro

				Controladora
	3T17	9M17	3T16	9M16
Receitas financeiras				
Descontos ativos	79	150	42	140
Receita de aplicações financeiras	66	165	43	199
Juros recebidos de clientes	399	1.097	523	1.588
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	1	33	42	182
Outras receitas financeiras	85	979	41	1.821
	630	2.424	691	3.930
Variações cambiais				
Variações cambiais ativas	814	2.143	712	5.195
	814	2.143	712	5.195
	1.444	4.567	1.403	9.125
Despesas financeiras				
Despesas financeiras - controladas	(939)	(3.028)	(921)	(3.186)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(75)	(297)	(1.239)	(1.765)
Juros e encargos sobre financiamentos	(6.267)	(25.868)	(10.515)	(24.802)
Cessão de recebíveis	(2.793)	(7.663)	(2.937)	(7.356)
Descontos concedidos	(2)	(5)	(1)	(30)
Outras despesas financeiras	(259)	(892)	(853)	(1.712)
	(10.335)	(37.753)	(16.466)	(38.851)
Variações cambiais				
Variações cambiais passivas	(753)	(2.010)	(662)	(3.393)
	(753)	(2.010)	(662)	(3.393)
	(11.088)	(39.763)	(17.128)	(42.244)
	(9.644)	(35.196)	(15.725)	(33.119)
				Consolidado
	3T17	9M17	3T16	9M16
Receitas financeiras				
Descontos ativos	119	232	61	184
Receita de aplicações financeiras	99	281	91	335
Juros recebidos de clientes	654	1.648	767	2.173
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	2	31	40	190
Outras receitas financeiras	(59)	1.265	58	1.883
	815	3.457	1.017	4.765
Variações cambiais				
Variações cambiais ativas	900	2.668	1.341	6.877
	900	2.668	1.341	6.877
	1.715	6.125	2.358	11.642
Despesas financeiras				
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(106)	(351)	(1.267)	(1.961)
Juros e encargos sobre financiamentos	(7.705)	(37.338)	(16.074)	(37.023)
Cessão de recebíveis	(4.892)	(12.993)	(4.748)	(11.722)
Descontos concedidos	(2)	(29)	(1)	(79)
Outras despesas financeiras	(360)	(1.200)	(1.020)	(2.363)
	(13.065)	(51.911)	(23.110)	(53.148)
Variações cambiais				
Variações cambiais passivas	(968)	(2.608)	(1.143)	(6.084)
	(968)	(2.608)	(1.143)	(6.084)
	(14.033)	(54.519)	(24.253)	(59.232)
	(12.318)	(48.394)	(21.895)	(47.590)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 está descrita a seguir:

	Imposto de renda				Controladora			
	3T17	9M17	3T16	9M16	3T17	9M17	3T16	9M16
Lucro (prejuízo) antes do imposto, contribuição social	7.313	(3.064)	(17.411)	(67.956)	7.313	(3.064)	(17.411)	(67.956)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.828)	766	4.353	16.989	(658)	276	1.567	6.116
Equivalência patrimonial	1.492	3.877	84	(2.500)	537	1.396	30	(900)
Outros	(174)	(221)	22	(109)	(16)	(86)	20	(41)
IR e CSLL ajustados	(510)	4.422	4.459	14.380	(137)	1.586	1.617	5.175
Crédito utilizado para liquidação de débitos – adesão ao PRT/PERT	4.372	18.928	-	-	2.983	8.740	-	-
Constituição (reversão) de crédito tributário não reconhecido contabilmente	624	(3.768)	(4.302)	(13.581)	110	(1.415)	(1.560)	(4.886)
IR e CSLL efetivos	4.486	19.582	157	799	2.956	8.911	57	289
Parcela diferida	4.486	19.582	157	799	2.956	8.911	57	289

	Imposto de renda				Consolidado			
	3T17	9M17	3T16	9M16	3T17	9M17	3T16	9M16
Lucro (prejuízo) antes do imposto, contribuição social	9.201	(9.092)	(17.677)	(71.196)	9.201	(9.092)	(17.677)	(71.196)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	1,52% a 25%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.300)	2.273	4.419	17.799	(828)	818	1.591	6.408
Diferença da alíquota de 25% para alíquota incentivada nas controladas	(603)	(1.207)	(185)	(2.466)	-	-	-	-
Outros	120	104	340	94	51	56	70	(27)
IR e CSLL ajustados	(2.783)	1.170	4.574	15.427	(777)	874	1.661	6.381
Incentivo da SUDENE	1.217	1.571	-	-	-	-	-	-
PAT- Programa de Alimentação ao Trabalhador	36	52	-	-	-	-	-	-
	(1.530)	2.793	4.574	15.427	(777)	874	1.661	6.381
Crédito utilizado para liquidação de débitos – adesão ao PRT/PERT	4.482	30.498	-	-	3.825	12.925	-	-
Constituição (reversão) de crédito tributário não reconhecido contabilmente	1.272	(7.169)	(4.299)	(13.938)	(698)	(2.700)	(1.448)	(5.308)
IR e CSLL efetivos	4.224	26.122	275	1.489	2.350	11.099	213	1.073
Parcela corrente	(128)	(250)	12	(30)	(480)	(608)	41	48
Parcela diferida	4.352	26.372	263	1.519	2.830	11.707	172	1.025

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado a seguir

Ativo	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	185.464	114.918	196.526	126.005
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	16.632	70.546	14.869	70.521
Base utilizada para liquidação de débitos inscritos na adesão ao PRT/PERT	(75.710)	-	(97.116)	-
Diferenças intertemporais	25.025	25.366	25.366	25.366
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	151.411	210.830	139.645	221.892
Alíquotas (i)	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Crédito tributário	37.853	52.708	12.568	19.970
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (ii)	(29.367)	(44.186)	(9.368)	(16.693)
Crédito tributário	8.486	8.522	3.200	3.277
Passivo diferido	(23.275)	(23.966)	(9.078)	(9.326)
Líquido	(14.789)	(15.444)	(5.878)	(6.049)

Ativo	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	246.803	162.902	258.360	174.208
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	12.882	83.901	11.116	84.152
Base utilizada para liquidação de débitos inscritos na adesão ao PRT/PERT	(121.991)	-	(143.616)	-
Diferenças intertemporais	34.307	33.009	34.033	32.383
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	172.001	279.812	159.893	290.743
Alíquotas (i)	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Crédito tributário	40.633	66.297	14.390	26.167
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (ii)	(29.597)	(50.313)	(9.520)	(19.745)
Crédito tributário	11.036	15.984	4.870	6.422
Passivo diferido	(30.107)	(30.927)	(13.210)	(13.546)
Líquido	(19.071)	(14.943)	(8.340)	(7.124)

- (i) As taxas efetivas de imposto de renda da controlada para Santo Antônio é 8,14% em 2017 (8,14% em 2016). Em março de 2014 a Cedronorte foi incorporada pela Cedro e Cachoeira, sendo o seu benefício fiscal absorvido pela mesma. Desta forma, a Companhia, também passou a apresentar alíquota efetiva variando entre 1,52% e 25%;
- (ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2026, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
2018	1.178	1.178	1.562	1.562
2019	1.682	1.682	2.150	2.150
2020	3.564	3.564	4.970	4.970
2021 a 2026	5.262	5.375	7.224	13.724
	11.686	11.799	15.906	22.406

(c) Os tributos diferidos passivos são compostos conforme apresentado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	103.627	108.549	103.627	108.549	150.514	159.202	150.514	159.202
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(1.896)	(2.547)	(1.896)	(2.547)	(1.899)	(2.515)	(1.899)	(2.515)
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29/07/2011)	(868)	(2.375)	(868)	(2.375)	(1.835)	(6.173)	(1.835)	(6.173)
Base	100.863	103.627	100.863	103.627	146.780	150.514	148.780	150.514
Alíquotas	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Saldo do imposto diferido	23.275	23.966	9.078	9.326	30.107	30.927	13.210	13.546

(d) Subvenções governamentais

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia e sua controlada:

- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano calendário de 2010 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 119/2010 e processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 10620.000.494/2010-69, Ato Declaratório Executivo DRF/STL/MG nº 001/2011;
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano calendário de 2014 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 216/2014 e Despacho Decisório nº 817 - DRF/BHE.

A Companhia procede a contabilização da reserva de lucros referente a subvenção para investimento conforme estabelecido pelo Art. 30. da Lei No. 12.973 de 13 de maio de 2014 que determina a utilização da reserva de incentivo fiscal a partir da absorção de prejuízos, desde que anteriormente tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal. Adicionalmente, de acordo com o § 3º da lei mencionada anteriormente, se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do caput, está deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

26. Prejuízo por ação

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valores por ação):

	30/09/2017			30/09/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Prejuízo líquido do período	14.512	10.917	25.429	(38.162)	(28.706)	(66.868)
Denominador						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
Prejuízo básico e diluído por ação	2,54	2,54	-	(6,69)	(6,69)	-

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

27. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2017 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza totaliza na controladora - R\$ 38.438 (consolidado R\$ 69.020).

28. Transações que não envolvem caixa

Durante os trimestres findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora			
	3T17	9M17	3T16	9M16
Capitalização de juros de empréstimos	2	6	3	12
Crédito de ICMS/PIS/COFINS sobre imobilizado	-	-	-	11
	Consolidado			
	3T17	9M17	3T16	9M16
Capitalização de juros de empréstimos	4	13	7	44
Crédito de ICMS/PIS/COFINS sobre imobilizado	-	-	-	11

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fabiano Soares Nogueira – Presidente
Breno Mattos de Magalhães Mascarenhas - Vice-Presidente
Gustavo Gonzaga de Oliveira
Silvio Diniz Ferreira Júnior
André Maurício Miranda
Victor Mascarenhas de Freitas Borges
Ricardo Cançado Dias
Marcelo de Moura Lara Resende
Marcos Mattos de Magalhães Mascarenhas
Renato Mascarenhas Alves
Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz

DIRETORIA

Marco Antônio Branquinho Junior - Diretor Presidente
Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Luiz César Guimarães - Diretor Comercial

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4
Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1
